

Política

Câmara recebeu homenagem do setor sucroalcooleiro da região, em evento que reuniu empresários e políticos de diversas frentes

se aproxima do NE



SINAIS Chamado de "primeiro-ministro", Maia lembrou da raiz paraibana de sua família e de sua relação pessoal com pernambucanos

Para Maia, Heleno é "auxiliar do radicalismo"

JULIANA SAMPAIO
LUISA FARIAS
politica@jc.com.br
Com agência Estado

Em visita ao prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL), na manhã desta segunda-feira (4), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), classificou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, como "auxiliar do radicalismo do Olavo (de Carvalho)", considerado o guru do bolsonarismo. Maia comentava as falas do ministro sobre o fato do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) ter levantado a possibilidade de edição de um novo AI-5, uma das medidas mais duras do período da ditadura militar, na semana passada.

Heleno havia afirmado que, caso houvesse uma situação nos moldes do que está ocorrendo no Chile, "é lógico que tem de fazer alguma coisa para conter" e que seria necessário estudar "como vai fazer". "Infelizmente, o general Heleno virou um auxiliar do radicalismo do Olavo. É uma pena que um general da qualidade dele tenha caminhado nessa linha", criticou Rodrigo Maia. "Acho que a frase dele foi grave. Além disso ainda fez críticas ao Parlamento, como se o Parlamento fosse um problema para o Brasil", continuou.

Uma articulação política de bastidores, na Câmara, pode resultar na convocação do ministro-chefe do GSI para que ele explique as declarações. O movimento para "enquadrar" Heleno tem o aval de Maia. O pedido de convocação de Heleno deve ser apreciado nesta terça-feira (5), em reunião de líderes de partidos e tem chance de ser aprovado. Caso isso ocorra, Heleno será obrigado a comparecer ao plenário da Câmara em um momento no qual o PSL, partido de Bolsonaro, está rachado e não tem disposição de formar uma "tropa de choque" para apoiá-lo.

"Um ministro palaciano tem de ser mais cuidadoso com o que fala", afirmou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), autor da convocação, ao Estado. "A declaração é ainda mais grave pelo fato de ele ser um general da reserva de que não é. Não se brinca com democracia", disse o deputado.

EDUARDO

Ontem, a Rede Sustentabilidade pediu a cassação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho "03" do presidente Jair Bolsonaro que levantou a discussão sobre o AI-5. Representação do partido à Mesa Diretora da Câmara acusa Eduardo de "militar de forma contrária" à democracia e demonstrar "desprezo pela vontade do povo" ao falar sobre "novo AI-5".

Eduardo, em entrevista divulgada na quinta-feira (31), defendeu a edição de um "novo



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO



RENATO COSTA/ESTADÃO CONTEÚDO



ALEXANDRE GONDIM/JC IMAGEM

EFEITOS Ministro-chefe do GSI defendeu declarações de Eduardo sobre o AI-5. Ontem, Rede protocolou pedido de cassação do deputado, mas Luciano Bivar defendeu o mandato

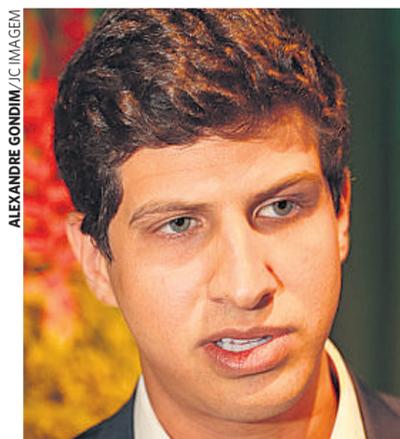
Eduardo Bolsonaro defendeu a edição de um "novo AI-5" para enfrentar uma "radicalização da esquerda"

AI-5" para enfrentar uma "radicalização da esquerda". No mesmo dia, após ser desautorizado pelo pai, o deputado recuou e pediu desculpas pelo comentário.

Na representação, a Rede afirma que a declaração de Eduardo caracterizaria abuso de imunidade parlamentar e causaria "danos incalculáveis ao Poder

Legislativo". O partido também acusa o deputado de "violar o interesse público, a vontade popular e a Constituição Federal". "Apesar de ter sido o deputado federal mais votado nas eleições de 2018, as suas ações militam de forma contrária a uma ideia mínima de democracia, demonstrando desprezo pela vontade do povo", afirmou a sigla.

Presidente nacional do PSL, o deputado Luciano Bivar (PE) – que enfrenta um briga interno com o grupo bolsonarista pelo controle do partido – saiu em defesa a manutenção do mandato de Eduardo. "O PSL, como partido, não pensa nisso (apoiar cassação). Somos muito contra. O que foi eleito pelo povo tem que ser mantido, a decisão do povo é soberana. Nós vivemos numa democracia, então, não vamos em cima desse ou daquele sentimento, alterar as coisas", afirmou.



ALEXANDRE GONDIM/JC IMAGEM



ALEXANDRE GONDIM/JC IMAGEM

2020 Mendonça (d) disse que CPI era "infantilidade" de João, que considerou fala um "equivoco"

CPI inicia debate eleitoral

ANGELA FERNANDA BELFORT
abelfort@jc.com.br

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do vazamento do óleo iniciou o embate entre os dois grupos políticos que vão disputar a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no ano que vem. Na oposição, o ex-governador Mendonça Filho (DEM) criticou a iniciativa do deputado federal João Campos (PSB) em pedir a instalação de uma CPI para apurar as responsabilidades sobre o crime ambiental, argumentando que isso pode prejudicar o turismo em Pernambuco e classificou a iniciativa como "infantilidade" e consequência "da inexperiência" do socialista como parlamentar. João, por sua vez, considerou "um equívoco" achar que a CPI é o fato que vai expor o Nordeste para o Brasil.

Em visita ao Recife, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), disse que deve decidir nesta terça-feira (5), depois de escutar os líderes dos partidos, se a CPI será instalada ou não. "Eu nunca decido nada sozinho", argumentou Maia.

Para o presidente da Câmara, "a CPI tem outras questões que devem ser avaliadas. O trade de turismo é uma parte e tem dúvidas se esse é o melhor instrumento, se não vai ficar gerando notícias negativas. Outros acham que não. O assunto já está colocado e é melhor que a Câmara participe e ajude".

Cotado para ser candidato a prefeito do Recife pelo bloco de oposição, Mendonça não economizou nas críticas ao provável candidato da Frente Popular. "A intenção dele (João) certamente foi de ajudar, mas hoje se porventura essa CPI for criada ela terá a única grande consequência: atrapalhar o turismo do Nordeste, em especialmente Pernambuco. Então, se ele quiser gerar desemprego, criar um ambiente de dificuldade para a rede hoteleira, ele avance com essa CPI", disse o ex-ministro da Educação.

Segundo ele, a CPI "vai ser um palco" para alguns deputados ficarem falando coisas que muitas vezes não têm a condição e o preparo técnico para comentar, o que pode contribuir para divulgar nacionalmente

"uma mídia contrária ao turismo do Nordeste". Mendonça, inclusive, disse ter sido procurado por atores do trade turístico de Porto de Galinhas assustados com a propaganda negativa, "superdimensionada a questão dos vazamentos do óleo, dizendo que tem caído as reservas dos hotéis". "Já falei com o presidente Rodrigo Maia dizendo que essa CPI é um tiro no pé".

Do outro lado, João Campos disse ter conversado com o trade não só de Pernambuco, mas do Brasil inteiro, e que todos concordam que "se trata do maior desastre ambiental da história do País. "Acho relevante a preocupação do trade porque a gente tem que ter a garantia de que terá o pleno funcionamento durante a alta estação. Ninguém é contra o turismo", afirmou.

João Campos conseguiu a assinatura de 267 parlamentares de 25 partidos para pedir a CPI, que só é instaurada, quando é subscrita por, no mínimo, 171 parlamentares. "O presidente Rodrigo Maia tem escutado muito a gente. Ele tem se mostrado uma pessoa extremamente sensível com as causas do País", garantiu.